César Henrique de Queiroz Porto

História Moderna II

Montes Claros/MG - 2011

UAB
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
Unimontes

Sumário

Apresentação

Olá pessoal! O período sobre o qual falaremos, neste caderno, é um momento fundamental para a compreensão da história da sociedade do mundo ocidental. O século XVIII assinalou importantes transformações na vida do povo europeu.

O objetivo do texto é mostrar para vocês a dinâmica deste período que compreende as duas revoluções que moldaram as instituições políticas e econômicas que estruturam o mundo contemporâneo. Além disso, ao longo deste recorte temporal, ocorre a passagem da transcedência que lentamente vai perdendo força nos meios urbanos e intelectuais rumo a uma sociedade cada vez mais marcada pela imanência.

O período em que propomos nossa jornada compreende o século XVIII, embora os processos que culminaram nos grandes eventos econômicos, políticos e sociais têm antecedentes que em alguns casos podem remontar até mesmo o final da Idade Média. Além disso, a Revolução Industrial é um processo que não se esgota no século em questão, seus desdobramentos podem ser vistos nos dias atuais. Portanto, o final da Idade Moderna deve ser entendido como um momento fundante, que inaugura a dinâmica de uma nova era, cujo principal protagonista é a Europa Capitalista, só depois os Estados Unidos emergem na liderança do mundo capitalista, já no imediato Pós-Primeira Guerra Mundial, no início do século XX.

Para melhor sistematização do conteúdo, esta disciplina foi organizada em três unidades: a primeira trata do fenômeno iluminista, procurando contextualizá-lo dentro dos quadros da crise do Antigo Regime. Também foi destacado o Despotismo Esclarecido, com seus limites e principais representantes nas monarquias europeias da Rússia, Prússia, Áustria, Espanha e Portugal.

A segunda unidade compreende o tema da Revolução Industrial, destacando o pioneirismo inglês através da análise das transformações agrárias e do processo de acumulação primitiva de capital. O tema da emergência da ferrovia também foi destacado, apesar de seu advento se inscrever já no século seguinte ao nosso recorte.

A terceira unidade aborda a Revolução Francesa em suas várias fases. No entanto, antes de partirmos para o processo revolucionário, fizemos uma caracterização das estruturas políticas, econômicas e sociais que compunham a França do Antigo Regime.

Todas estas unidades são subdivididas em subunidades para facilitar a leitura e a discussão, conforme vocês verão em seguida. Vocês deverão ficar atentos e não desprezar o desafio das questões para discussão e reflexão, pois elas são importantes e acompanham o texto. Outro aspecto importante são as sugestões para transitar do ambiente de aprendizagem aos chats, fóruns e acesso as bibliotecas virtuais na Web. As sugestões e dicas estão localizadas junto ao texto.

Então? Vamos lá?

Espero que apreciem!

Bons estudos!

O autor.

Guia do Professor

A Apostila de História Moderna II está dividida em três unidades a saber:

- Idéias e práticas políticas na Época Moderna;
- A Revolução Industrial;
- A Revolução Francesa.

Nessas unidades dividimos os conteúdos em sub-tópicos que facilitam a exposição e debate dos assuntos abordados e permite maior assimilação dos acadêmicos.

Ao longo do texto, itens interativos aparecem, sendo eles: *Para saber mais, Dicas, Glossário* e *Atividades*. Nos itens de *Dicas* e *Atividades*, questões e exercícios são propostos. Sugerimos assim, que seja elaborado espaço na *plataforma on-line* para que os alunos discutam e respondam à essas questões e atividades propostas.

As imagens contidas no corpo do texto devem ser utilizadas como sendo parte integrante do conteúdo, possibilitando ao acadêmico a visualização de situações e personagens importantes do período tratado. Cabe ao professor realizar essa ligação das imagens ao texto e lhes pro-

porcionar lugar de maior destaque que o de meras representações decorativas.

Ao final de cada unidade disponibilizamos uma lista de Referências para que os professores e acadêmicos busquem maiores informações sobre os temas e assuntos abordados ao longo da apostila. Ao final do trabalho, preparamos um caderno de atividades que traz consigo as resoluções comentadas para maior assimilação do conteúdo.

Desejamos a todos um bom trabalho.

UNIDADE 1
Ideias e práticas políticas na Época Moderna

1.1 Introdução

O Iluminismo significou um grande momento na conjuntura da emergência da modernidade europeia ao realizar a crítica da sociedade do Antigo Regime e propor a reforma das instituições a partir do primado do racionalismo.

A partir de agora será estudado o tema do Iluminismo, corrente filosófica que emergiu no século XVIII e que influenciou quase todas as áreas do conhecimento de sua época. Essa poderosa corrente de pensamento não se encerrou nos setecentos e continuou a ser bastante influente nos séculos posteriores.

Aqui serão discutidas as condições que fizeram com que emergissem as suas origens nos séculos XVI e XVII, as fases pelas quais passou o Iluminismo, os significados que ele assumiu nos principais centros europeus, seus principais conceitos e expoentes.

1.2 As Abordagens do Pensamento Iluminista

Para não cair em um lugar comum, que poucos escapam quando abordam o tema em questão, os historiadores Francisco Falcon e Roberto Salinas criticam a forma com que o tema do Iluminismo é tratado em muitos livros, ora

> reduzido a uma espécie de recitativo de nomes de "grandes pensadores" e das suas obras principais, ficando sua importância histórica reduzida ao caráter de manifestação intelectual que expressa as idéias de uma "burguesia em ascensão" (FALCON, 2004, p. 5)

Ou então é exposto como "uma simples decoreba de nomes de livros e autores dispostos em ordem em uma espécie de cardápio ideológico do século XVIII". (SALINAS, 1982, p. 9)

Mesmo que se pretenda fugir desse tipo de exposição não há como deixar de citar alguns nomes que são os mais representativos do período como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot, D'Alembert, David Hume, entre vários outros.

1.2.1 O Iluminismo e seus significados

Não se pode deixar de dispensar algumas palavras sobre significado, ou sobre os significados que os termos Iluminismo e Ilustração assumem, já que, muitas vezes, aparecem como sinônimos, quando, na verdade, são coisas distintas. À primeira vista, Iluminismo, é mais utilizado, enquanto que "Ilustração" é mais adequado, no entanto, é menos utilizado.

ATIVIDADES

Montesquieu em "O Espírito das leis" (1748) diz que as leis que vão governar um povo não são fruto do arbítrio de quem legisla essas leis. Para ele a realidade histórica e social de um povo é determinante para a elaboração das leis de um povo. Não há leis justas ou injustas desse ponto de vista, mas leis mais ou menos adequadas a um povo e a determinadas circunstâncias de época e lugar. Montesquieu distingue três formas de governo. Identifique e faça uma breve caracterização dessas três formas de governo.

Em um sentido mais geral, há uma tendência a associar Iluminismo como sinônimo de Ilustração, a referência a um movimento filosófico do século XVIII e, em alguns casos, referir-se ainda a algo que esteja associado a uma certa doutrina, ou até mesmo a algo sobrenatural.

◄ Figura 1: Retrato de Montesquieu

Fonte: http://bitacoras.rebeliondigital.es/Bitacora_de_DLV.htm
Acesso em: 16 de maio de 2011

Figura 2: Retrato de Voltaire ►

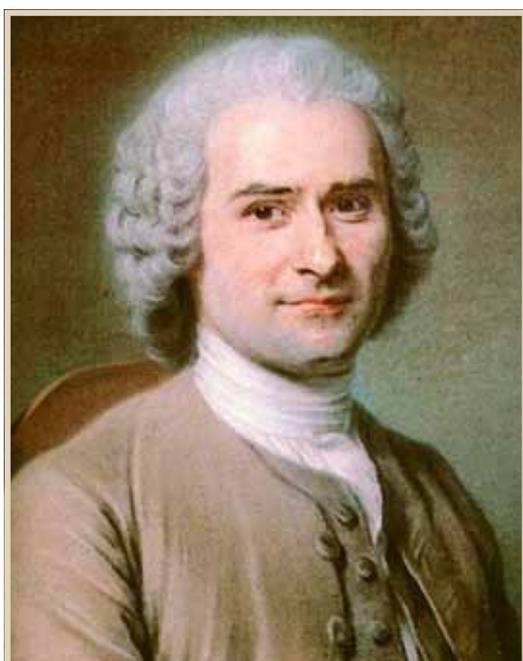
Fonte: http://coracaoduplo.blogspot.com/2010/12/voltaire-um-livro-por-dia.html
Acesso em: 16 de maio de 2011

PARA REFLETIR

Voltaire: filósofo francês crítico da religião e da monarquia, anticlericalista, por excelência. Para ele é necessário ter uma religião e não acreditar nos padres. Segundo Voltaire a liberdade e a propriedade privada são os pilares da política, sua obra esteve mais preocupada com o conjunto das atividades humanas.

Existe, como se pode perceber, uma polissemia quanto ao significado de Iluminismo. Esta polissemia pode até mesmo ser contraditória, já que compreende algo racional, quando associado a um movimento filosófico, ou irracional, quando também relacionado a algo sobrenatural. (FALCON, 2004, p. 7-12)

◀ Figura 3: Retrato de Diderot

Fonte: http://www.bacdefrancais.net/biodiderot.htm
Acesso em: 16 de maio de 2011

Conforme a distinção observada por Francisco Falcon, há "uma profunda diferença entre o sentido religioso da *iluminação mística* e o sentido secular da *iluminação racional*." (FALCON, 2004, p. 16)

Já que, em um sentido mais geral, Iluminismo compreende esses múltiplos significados, quais significados teriam então o termo "Ilustração"? De uma maneira geral, o termo refere-se a um conjunto de conhecimentos, ou a alguém de notável saber, erudição e esclarecimento.

Ilustração também compreende uma certa polissemia. Neste caso, tanto pode encerrar um significado mais genérico, quanto pode equivaler-se ao mesmo significado de Iluminismo. Em razão dessas possibilidades de significados, o uso de qualquer um dos termos fica a critério de cada um, mas parece mais adequado o uso de Ilustração. (FALCON, 2004, p. 7-12)

◀ Figura 4: Retrato de Rousseau

Fonte: http://www.crawfordsworld.com/rob/apcg/Unit1rousseau.htm. Acesso em: 16 de maio de 2011

PARA REFLETIR

Diderot é a principal figura da enciclopédia. Ele rompe definitivamente com a filosofia tradicional e a teologia (professa um resoluto ateísmo e um consequente materialismo). "Tudo é matéria", pensa Diderot e a "matéria é a essência do real". As ideias dependem dos sentidos. Politicamente se guia pelo princípio da utilidade.

Rousseau publica "Do contrato social", defendendo a liberdade e a soberania. É considerado um desmancha prazeres da festa iluminista por ser contraditório e paradoxal.

PARA REFLETIR

David Hume: esse filósofo escocês foi muito influenciado pelas ideias de Locke. Para ele, o verdadeiro fundamento do governo é o hábito e "na base de todo o conhecimento achava-se pois uma crença".

A ideia principal do iluminismo reside no fato de a gestão da sociedade estar submetida ao império da razão e esta razão não se submete a nenhuma autoridade, pois é soberana e livre. Os filósofos iluministas criticam a igreja e o cristianismo que eram a essência daquela sociedade. Para os iluministas, a racionalidade vem "iluminar as sombras do erro e da ignorância". Razão é mudança que levam a um novo pensar (o pensar racionalmente) em que tudo deve ser submetido ao espírito crítico, inclusive o próprio poder político é objeto de investigação racional, uma vez que a razão humana vai se apossar desse poder político e conduzir o homem a plena realização de seu destino. (ARANHA e MARTINS, 1995)

◄ Figura 5: David Hume

Fonte: http://www.cfh.ufsc.br/~conte/hume.html Acesso em: 16 de maio de 2011-05-16

1.2.2 O Iluminismo nas nações europeias

GLOSSÁRIO

Fisiocracia: idéia de que a terra era a principal fonte de riqueza e a agricultura era o grande instrumento civilizatório. Tinha como um dos seus principais expoentes, Turgot.

Depois de visto os diversos significados que possuem os termos Iluminismo e Ilustração (e sua concepção mais essencial), é importante, quando não, necessário, perceber como alguns desses termos foram construções extemporâneas e também tiveram significados diferentes, em diversos lugares da Europa.

Figura 6: Retrato de Turgot ►

Fonte: http://www.memo.fr/Dossier.asp?ID=783 Acesso em: 16 de maio de 2011

Palavras como ilustrar, iluminar, entre várias outras, são estranhas ao vocabulário do século XVIII e foram criadas no século XIX, portanto, fora do ambiente intelectual do Iluminismo.

Mesmo no século XVIII variava muito o significado do Iluminismo, sendo mais apropriado considerar os vários significados que o termo assumia, nos vários lugares, ou pelo menos naqueles que são considerados os mais expressivos, França, Alemanha e Inglaterra.

Na França, por exemplo, o termo "Lumières", "expressa à noção de um movimento intelectual com o qual 'os filósofos' e 'homens de letras' franceses sentem-se solidários, pois são os seus protagonistas". (FALCON, 2004, p. 13)

Já na Alemanha, "Aufklãrung", (palavra alemã para designar Iluminismo), quer dizer esclarecimento, descobrimento, reconhecimento. A palavra assume ainda o sentido meteorológico de tempo sereno, o de tempo que se torna claro. Já no âmbito intelectual, quer dizer esclarecimento racional.

◀ Figura 7: Retrato de Adam Smith

Fonte: http://asgestoras.blogspot.com/2011/04/adam-smith-e-administracao.html
Acesso em: 16 de maio de 2011

PARA REFLETIR

Adam Smith é o pai da economia política. Em seu trabalho "A Riqueza das Nações" defende a não intervenção do Estado na economia. Ele inaugura o liberalismo econômico.

Um significado diferente também passa a ter termo o vocábulo quando analisado na Inglaterra, neste caso: "to enlighten", "possui um sentido mais dirigido para as questões de natureza moral e econômica". (FALCON, 2004, p. 14)

No contexto lusitano, "luzes" e "iluminados" são os termos mais usados para se referirem a ideias dos chamados iluministas. O mesmo termo, "iluminados", era empregado na Espanha para se referir aos místicos, também conhecidos como "alumbrados". (FALCON, 2004, p. 17)

Mesmo com toda a diversidade de seus significados, "Entre uma coisa e outra há um *espaço mental*, maior ou menor, tendente à contestação, da própria realidade." Nisto consiste a importância do caso da França em que pauta por uma "crítica violenta ao existente" (FALCON, 2004, p. 15), ou seja, ao estabelecido.

Iluminismo é, portanto, um conceito ambíguo, em que não necessariamente se vincula a um movimento intelectual. Não há uma unidade de princípios, mas uma pluralidade deles. Como será discutido, mais adiante, o Iluminismo também não é possível de ser associado a uma época, o século XVIII (FALCON, 2004, p. 16). Em resumo:

PARA REFLETIR

A Enciclopédia é a obra que expõe as principais ideias dos filósofos iluministas. Diderot foi a principal figura, mas outros filósofos colaboraram: Rosseau, Voltaire, D'Alembert, Helvetius, Dumarsais, D'Holbach, Toussaint, Raynal, Paul Landois, entre outros.

> *Iluminismo* tanto pode significar a doutrina dos que acreditam na "Iluminação interior" ou mística, a qual para outros constituía uma espécie de manifestação "irracionalista", quanto, justo o oposto, *Iluminismo* é sinônimo de "filosofia das luzes", isto é, da chamada "iluminação racional". (FALCON, 2004, p. 17) (grifos do autor)

Outro motivo por que não se pode considerar que o Iluminismo tenha assumido um significado único nas mais diversas partes da Europa é que se compara, mais uma vez, os significados que o termo ganhou na França e na Alemanha (ou nos Estados Alemães como é mais apropriado considerar). Enquanto nessa, o Iluminismo apresentou uma tendência de estar até mesmo ao lado da teologia (ou de certas concepções teológicas), naquela assumiu um sentido de franca oposição a Igreja, como ensina Hegel em *Lições de História da Filosofia* (HEGEL, apud: SALINAS, 1982).

Isto porque nos "países" protestantes certos dogmas da Igreja já vinham sendo submetidos a uma série de críticas, além do que as próprias Igrejas envolvidas nos movimentos de reforma também procuravam valorizar a *Razão*, do livre arbítrio às Sagradas Escrituras e eram contra o predomínio absoluto da fé. (SALINAS, 1982, p. 17-18).

Foi a França e mais precisamente sua capital Paris, que se tornou o centro difusor do Iluminismo, lugar onde era produzida a célebre Enciclopédia. Aqui, o Iluminismo ganhou o sentido de oposição à ordem estabelecida e nisto consistiu a sua importância. (FALCON, 2004; SALINAS, 1982)

1.2.3 O Iluminismo: seu tempo e origens

De um modo geral, o Iluminismo é associado à Europa e ao século XVIII. Essa generalização precisa ser problematizada.

Primeiramente, questiona-se quanto ao período em que o Iluminismo aparece mais comumente relacionado, o século XVIII, freqüentemente chamado "século das luzes". Não há um consenso entre os estudiosos quanto a cronologia do Iluminismo. A cronologia estabelecida por Franco Venturi, embora o próprio autor reconheça a existência de outras, será adotada aqui. (VENTURI, 1970, apud: FALCON, 2004, p. 20-22)

Alguns historiadores chegam a defender que o Iluminismo do século XVIII é tão somente o ponto culminante de um processo que remonta ao século XVII, mais precisamente a Revolução Científica. Mas, há ainda quem recue suas origens a um período ainda anterior, remontando-o ao Renascimento dos séculos XV e XVI. (SALINAS, 1982, p. 26)

De todo modo, é certo que "Não é o século XVIII que exalta e descobre os poderes da Razão." (SALINAS, 1982, p. 23)

Em face dessas considerações não se deve esvaziar a importância que teve o movimento das luzes, que também criou algo novo para o período. Em defesa da originalidade da "filosofia das luzes", para Ernst Cassirrer "... o Iluminismo criou realmente uma forma de pensamento que era original em sua totalidade, pois só no que diz respeito ao conteúdo ela continuou na dependência das elucubrações dos séculos precedentes." (CASSIRRER, 1950, p. 13, apud: FALCON, 2004, p. 40)

Em razão dessas experiências anteriores é que não se deve sobrevalorizar o século XVIII. "Do ponto de vista do conteúdo das doutrinas ou das grandes descobertas, o século XVIII pouco acrescenta, na realidade, às conquistas anteriores." (SALINAS, 1982, p. 26). Em outra passagem do seu livro *O Iluminismo e os Reis Filósofos*, Roberto Salinas afirma em relação ao século XVIII: "... não é pelo alcance das novas descobertas e pelo avanço geral dos conhecimentos que se mostra melhor a originalidade do século anterior." (SALINAS, 1982, p. 27)

É na década de 1740 que a circulação de ideias atinge os principais centros europeus: Espanha, Itália, Viena, Berlim, Paris. Nos anos 60, o Iluminismo abarca quase toda a Europa, da Península Ibérica a Rússia. Entre 1740 e meados de 1770, o Iluminismo atinge o seu ápice, embalado pela publicação da Enciclopédia e sua difusão pela Europa. (VENTURI, 1970, apud: FALCON, 2004, p. 21-22) Seu encerramento teria se dado com a Revolução Francesa de 1789, mas há quem defendesse que as ideias iluministas permaneceram influentes e continuaram a ser difundidas.

1.2.4 Origens sociais dos iluministas

Outra questão bastante discutida quando se estuda o Iluminismo diz respeito às origens sociais dos iluministas. É quase lugar comum associar o Iluminismo a uma corrente de pensamento que constituía a expressão de um novo grupo, ou de uma nova classe, como querem alguns, que se encontrava em ascensão naquele momento, a burguesia. (FALCON, 2004, p. 24; SALINAS, 1982, p. 23)

De fato, este aspecto não deixa de ser verdade. Mas isto, como diria Roberto Salinas, "Evitemos a todo custo os reducionismos simplificadores." Esta visão não deixava de fazer parte de certa vertente do marxismo que procurava reduzir as principais transformações da sociedade: a luta de classes. É empobrecedor:

> Dizer, nestas condições, que nos achamos diante de ideólogos da burguesia não é a última palavra no movimento de explicação. Ao contrário: verdadeiro, este rótulo serve-nos apenas como indicação inicial que não nos dispensa do árduo trabalho de enfrentar o pensamento destes filósofos na complexidade e riqueza que o caracteriza. (SALINAS, 1982, p. 22)

Explicar as bases sociais do Iluminismo por esse ângulo, ou seja, enquanto expressão de uma ordem burguesa, seria tomar Montesquieu, Diderot, Voltaire, Rousseau, o Barão d'Holbach, como pertencentes a uma mesma origem social, o que não era verdade. O Barão d'Holbach, por exemplo, eram um nobre e autor de uma obra considerada de orientação iluminista.

Em relação ao nível social, os enciclopedistas "se situam exatamente a meio caminho da grande e média burguesia, bastante próximos das camadas sociais mais elevadas... mas não muito longe do povo trabalhador...". (PROUST, 1963, p. 505, apud: FALCON, 2004, p. 28)

Outro caso é o de Montesquieu. Charles Lous de Secondat, ou simplesmente Barão de Montesquieu (1689-1755), nasceu no dia 18 de janeiro de 1689, no castelo de La Brède, nas proximidades de Bourdeaux na França, seus estudos iniciais se deram em sua própria casa, e mais tarde, quando passou a frequentar o colégio teve como professores, padres oratorianos bastante envolvidos com o clima cultural da época, que o influenciaram decididamente. Já na fase adulta realizou estudos de direito em Paris e apesar de breve retorno à sua terra natal, passa a frequentar vários salões literários parisienses. Por mais de quatro anos percorreu várias partes da Europa coligindo material para compor uma de suas obras clássicas: *O Espírito das Leis*. O livro, na verdade, fora resultado de mais de 20 anos de trabalho. O Barão de Montesquieu parece um caso paradigmático, que impede a redução do Iluminismo à mera expressão de uma classe nova (a burguesia) em ascensão. Tinha origem aristocrática, foi uma das figuras mais emblemáticas do século XVIII, produzindo uma obra revolucionária. (SALINAS, 1982, p. 29-32)

Ainda poderia ser aventado aqui o exemplo de Helvétius que tinha origem nobre e era considerado iluminista.

1.2.5 A Secularização iluminista

A secularização já foi definida como a "passagem da transcendência a imanência, da verticalidade a horizontalidade" no campo político, econômico, social, ideológico e em outros domínios do saber. A secularização tem como característica essencial a emancipação de cada um dos campos de conhecimento do homem, da esfera teológica e religiosa. (FALCON, 2004, p. 31-32). Como assinala Francisco Falcon, um dos aspectos mais conhecidos da secularização foi o desenvolvimento da *crítica* às crenças e práticas religiosas, em nome da razão e da liberdade de pensamento. (FALCON, 2004, p. 33) (grifos do autor)

Não se deve, contudo, reduzir todo o complexo processo de secularização a uma visão maniqueísta e opor razão *versus* religião, ou natural *versus* sobrenatural. (FALCON, 2004, p. 33)

A secularização não foi um processo linear ou homogêneo, a ponto de ser mais adequado considerar que houve secularizações. Não é possível, inclusive, opor frontalmente secularização e cristianismo, já que o que estava em questão naquele momento era uma ampliação da religião, não se tratava da rejeição a religião, mas do seu alargamento (FALCON, 2004, p. 34).

Deriva disso, duas linhas de raciocínio. Uma que se pauta pelo reconhecimento da autonomia do entendimento humano; outra que apresenta uma tendência que busca conciliar a ciência com os valores espirituais. Pensavam assim, que era possível conciliar Razão e Revelação, porém, não se pode perder de vista que é sabido que secularização não se opõe necessariamente a luz divina. (FALCON, 2004, p. 34-35)

1.2.6 O Racionalismo iluminista

Na concepção iluminista, a razão é definida como um meio, um esforço intelectual para se chegar a verdade, de maneira autônoma.

A razão iluminista se opõe a tudo o que é considerado irracional, constitui um "trabalho do intelecto, cujas ferramentas são a observação e a experimentação". (FALCON, 2004, p. 37) É um instrumento de mudança, e esta mudança deveria ser a própria forma de pensar.

Pensar racionalmente para os iluministas significa submeter tudo a crítica, duvidar e mesmo destruir. A crítica ao pensamento tradicional é uma das definições da razão iluminista, que não possui espaço proibido, já que é através da crítica ao existente que se produz algo novo e verdadeiro. As superstições, os ídolos, são barreiras que impedem o caminho de se chegar até a verdade. A verdade é algo a se desvendar, a se descobrir. (FALCON, 2004, p. 37) O iluminismo negou, criticou, mas também procurou construir algo novo, como foi visto anteriormente.

O lema do pensamento racionalista talvez pudesse ser resumido em uma frase: " pensar por si mesmo".

Mas se tudo deve ser submetido ao tribunal da crítica, porque, então, não submeter às próprias ideias dos iluministas. Basicamente, é isto o que será proposto por Kant em um dos seus escritos mais notáveis. O texto surgiu em resposta a uma pergunta lançada por editores de uma revista alemã em 1783. A pergunta era "O que é o Iluminismo?" Uma das respostas de maior destaque foi a de Kant, publicada em 1784:

> O que é o Iluminismo. A saída do homem da sua menoridade, pela qual ele é responsável. Menoridade, isto é, incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem a orientação de outrem, menoridade pela qual ele é o responsável porque a causa dessa incapacidade não esta numa deficiência do seu entendimento, e sim na falta de decisão e de coragem para dele servir-se sem a direção de outrem. *Sapere Aude!* [ousai saber] Tem coragem de servir-te do tem próprio entendimento! Eis a divisa das "Luzes". (PEREIRA, apud: FALCON, 2004, p. 19)

Na medida em que o autor de *Crítica da Razão Pura*, propõe que o homem deve se livrar da "incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem a orientação de outrem", e que isto dependia muito mais de um gesto de ousadia. O "Ousai Saber" abriu caminho para que se questionem as próprias ideias dos iluministas.

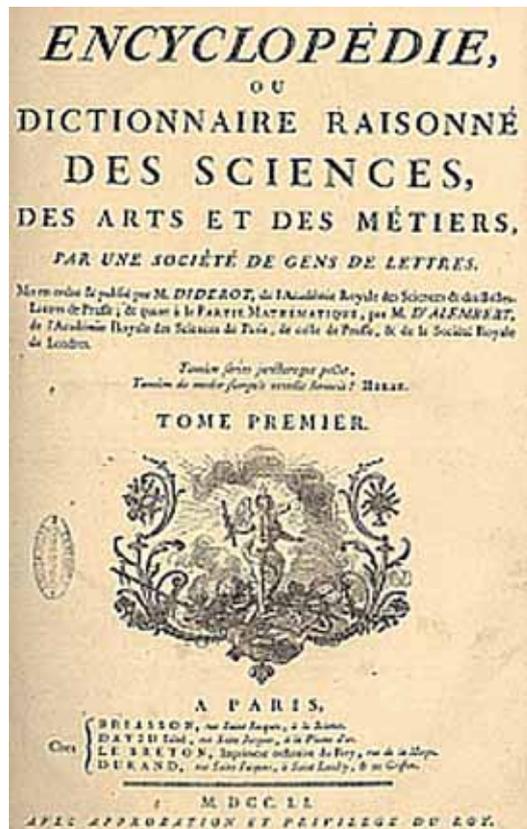
A própria concepção de filosofia para os iluministas constituía uma forma de pensar, ou, de maneira precisa, uma forma racional de pensar todos os ramos do conhecimento, submetendo-os à crítica com o fim de produzir algo novo. Só o progresso intelectual do homem permitirá a ele chegar a verdadeira liberdade.

1.2.7 A Enciclopédia

ENCYCLOPÉDIE,
OU
DICTIONNAIRE RAISONNÉ
DES SCIENCES,
DES ARTS ET DES MÉTIERS,
PAR UNE SOCIÉTÉ DE GENS DE LETTRES.

TOME PREMIER.

A PARIS,

M DCC LI.
AVEC APPROBATION ET PRIVILEGE DU ROY.

▲
Figura 8: Imagem de uma Enciclopédia iluminista

Fonte: http://historiafunbbe.blogspot.com/2008_07_01_archive.html. Acesso em: 16 de maio de 2011

"Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências, das Artes e dos Ofícios, por uma Sociedade de Homens de Letras foi organizada e publicada por Diderot e a parte Matemática por d'Alembert". Este era o título da célebre Enciclopédia, nela estava reunido o cerne do pensamento iluminista.

A obra começou a ser publicada em Paris no ano de 1751 e se estendeu até 1780. Seu processo de edição e publicação divide-se em duas fases: a primeira delas vai de 1751 a 1757, e a segunda de 1762 a 1772. Como o próprio título sugere dedica-se às ciências, às artes e aos ofícios, seu conjunto compreende 35 volumes.

Na produção da Encicloلpédia, para colaborar com o projeto, foram convocados profissionais liberais como médicos e advogados, e também cientistas. Escreveram intelectuais como Montesquieu, Voltaire, Rousseau; cientistas como Buffon, Fontenelle, o Barão d'Holbach; Quesnay, Turgot, Jaucourt (este o colaborador mais assíduo). Foram ao todo 142 colaboradores.

Jean Leron D'Alembert (1717-1783), ou simplesmente D'Alembert escreveu o "Discurso Preliminar" (uma espécie de Introdução à Enciclopédia), que logo se tornou célebre, além de outros diversos verbetes. Entretanto, o principal organizador dessa grande empreitada era mesmo Diderot. Ele era a verdadeira "alma" da Enciclopédia e a ela dedicou a maior parte de sua vida.

Figura 9: Retrato de D´Alembert

Fonte: http://tipografos.net/historia/alembert.html Acesso em: 16 de maio de 2011

Nascido em Langres na França, sua vida quase que se confunde com a Enciclopédia. A história dele, que viria a se tornar um grande projeto editorial, começa quando Diderot é convidado para traduzir a Enciclopédia Chambers, enciclopédia inglesa contendo 5 volumes. Diderot, porém, ficou muito insatisfeito com as limitações da Enciclopédia que traduzia e propõe aos livreiros a ideia da Grande Enciclopédia, tarefa pela qual passará a dedicar tempo integral, a partir de 1746. O primeiro volume só sairá depois de 5 anos.

Paralelo aos trabalhos para a Enciclopédia, Diderot também leva uma produtiva e conturbada vida literária, com suas obras sendo censuradas, chegando até mesmo a ser condenado à prisão na Bastilha. Enquanto estava preso, recebeu a visita de seus amigos filósofos e passou pela dor de ter perdido três filhos.

Assim, no dia 1 de julho de 1751 vem a lume o primeiro volume da Enciclopédia, com um "Prospectus" de Diderot e um "Discurso Preliminar" de d'Alembert, que logo irá se tornar uma referência.

O impacto da Enciclopédia é grande, muitos são os seus entusiastas, mas muitos também os seus críticos. A Enciclopédia tem um sucesso financeiro esplendoroso para a época com 3500 assinantes. O empreendimento faz a fortuna dos livreiros, mas não de Diderot que ao final da vida se queixava da penúria que vivia. Neste cenário, o trabalho chega a ser proibido, mas continua a ser produzido clandestinamente, porém colaboradores de peso abandonam a empreitada, como d'Alembert. (SALINAS, 1982, p. 48-55.)

A rigor, a ideia de Enciclopédia é anterior ao Iluminismo, e remonta ao Renascimento devido à necessidade de agrupar, ou mesmo organizar um conjunto de conhecimentos de um determinado momento. Iniciativas como essa constituem um esboço daquilo que irá se configurar como a área de humanidades.

A Enciclopédia Iluminista (herdeira da tradição renascentista) avançou na concepção de não ser simplesmente um dicionário, já que como o seu próprio título sugeria, constituía um Dicionário raciocinado. (FALCON, 2004, p. 79-84).

Uma breve história da imprensa

No livro, "Uma História Social do Conhecimento: de Gutemberg a Diderot", o historiador inglês Peter Burke discute a origem da imprensa e o seu impacto para a difusão do conhecimento. Nesse processo, o século XVIII, com o Iluminismo, teve importância decisiva. Para Burke, a invenção da imprensa com tipos móveis na Alemanha em torno de 1450, além de possibilitar a difusão mais ampla de conhecimento e a publicidade de toda uma variedade de conhecimentos, também facilitou a interação de diferentes tipos de conhecimentos. Em suas palavras: "Ela padronizou o conhecimento ao permitir que pessoas em lugares diferentes lessem os mesmos textos ou examinassem imagens idênticas" (p.19). "No início da Europa moderna, uma 'explosão do conhecimento' se seguiu à invenção da imprensa, aos grandes descobrimentos e à chamada 'revolução científica'". (p.20). Segundo o historiador inglês, a imprensa oferecia muitas oportunidades aos homens de letras na Europa e possibilitou a ascensão de novas profissões, como, por exemplo, os jornalistas que começaram a se multiplicar e se tornaram cada vez mais influentes, devido a proliferação de periódicos a partir do século XVIII (p. 34-35).

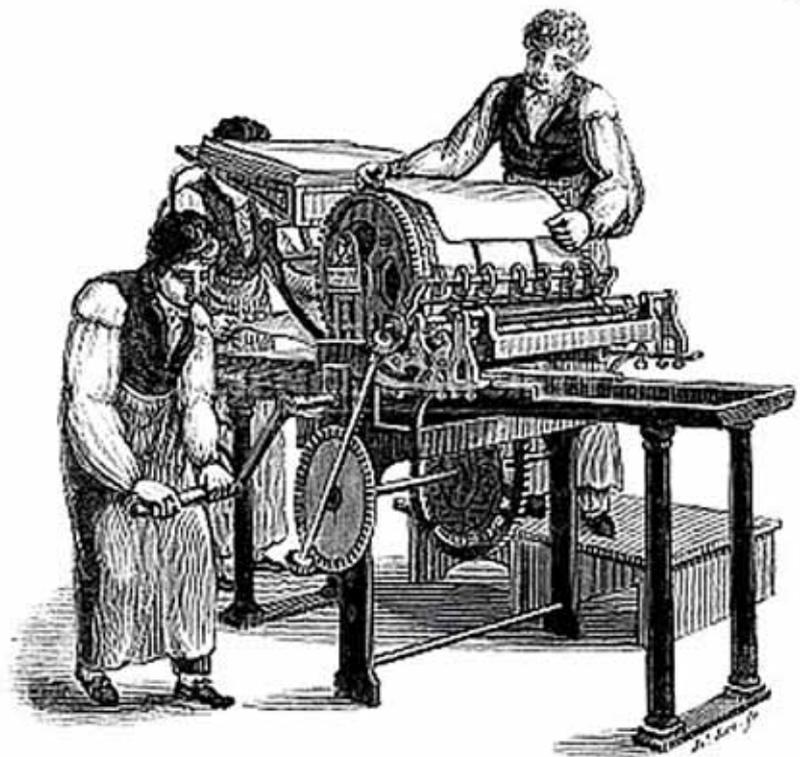



Figura 10: Primórdios da imprensa escrita ►
Fonte: http://enfermagemnojurua.blogspot.com/2010/06/hoje-e-dia.html
Acesso em: 16 de maio de 2011

Nos centros urbanos das principais cidades europeias surgiam novos espaços de sociabilidade. Os cafés desempenharam papel importante na vida intelectual francesa, italiana e britânica, a partir do século XVII. "Os donos dos cafés frequentemente exibiam jornais e revistas como modo de atrair clientes, encorajando assim a discussão das notícias e o surgimento do que muitas vezes é chamado de 'opinião pública' ou 'esfera pública'. Estas instituições facilitavam encontros entre idéias e indivíduos" (p. 50-51).

A biblioteca teve uma importância ampliada depois do advento da imprensa. Efetivamente surgiam novos lugares do conhecimento: livraria, cafés, bibliotecas, laboratórios, galerias de arte. O surgimento desses novos espaços era embalado também pela razão da grande quantidade de informações sobre a história natural de várias partes do mundo que afluíram para a Europa no início do período moderno (p. 56-60).

Cidades como Roma, Paris, Londres figuravam como verdadeiras capitais do conhecimento. (p. 64-65). Além disso, muitas dessas cidades eram importantes centros impressores – a exemplo destas referidas anteriormente - devem ser acrescentadas Veneza, Amsterdã, Sevilha (p. 75).

"A longo prazo, a ascensão do ideal do conhecimento público é visível no início do período moderno e está ligada ao surgimento da imprensa (p. 80). Foi isto que levou a multiplicação de livros (p. 97). O surgimento da impressão teve duas conseqüências importantes: tornou as en-

ciclopédias disponíveis com maior rapidez e tornou-as ainda mais necessárias do que antes (p. 103). A invenção da imprensa transformou os manuscritos um tipo particular de documentos e levou a seu armazenamento em separado. A centralização dos governos seguiu a centralização dos documentos. Documentos que antes eram tratados como propriedade privada de funcionários eram agora considerados como pertencentes ao Estado (p. 128). A impressão encorajava a comercialização de todos os tipos de conhecimento. A partir da imprensa, os empreendedores se envolveram mais diretamente no processo de difusão do saber (p. 145). Seguiu-se uma produção de atlas, enciclopédias, livros. Ao longo do século XVIII desenvolve-se a prática da assinatura (p. 151). Um exemplo significativo é o Jornal: "Gazetas de notícias impressas, registradas pela primeira vez na Alemanha em 1609, ganharam impulso na República Holandesa em princípios do século XVII e no século XVIII já estavam espalhadas na maior parte da Europa" (p. 152).

Com todas essas transformações, o conhecimento se tornou um grande negócio. Nos primórdios da Europa moderna o conhecimento estava ligado cada vez mais à produção via impressão e isso levou a um sistema de conhecimento mais aberto. Setores da sociedade interessam em tornar o conhecimento público. Por outro lado, um mercado de informações cresceu ao longo do período (p. 158).

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

1.3 O Despotismo Esclarecido

O Despotismo Esclarecido é a expressão usada para designar uma forma de governar que caracterizou algumas monarquias da Europa Moderna em meados do século XVIII. Os déspotas esclarecidos empreenderam políticas típicas do Absolutismo, como, por exemplo, o fortalecimento do poder real. Entretanto, adotaram algumas ideias relacionadas ao iluminismo, principalmente, tendo em vista a reforma e a modernização de seus Estados.

O desenvolvimento do Despotismo Esclarecido se deu principalmente em áreas do centro e do leste da Europa, como a Áustria, Prússia e a Rússia. Contudo, até mesmo em partes da Europa Ocidental, como Portugal e a Espanha, foram verificadas algumas políticas deste tipo. Em geral, são países de economia predominantemente agrícola, nos quais a burguesia era pouco expressiva e que foram governados por soberanos que empreenderam algum tipo de medida, visando à modernização de suas economias semifeudais.

Para René Remond, o Despotismo Esclarecido é uma variante da monarquia absoluta, cuja principal característica é a ideia de uma sociedade governada por um príncipe de mentalidade ilustrada. Nessa linha de argumentação, o monarca era entendido como o responsável pela condução da modernização da sociedade e da economia. Eram objetivos do déspota, garantir as condições que levariam seu reino a atingir a prosperidade, através do aumento da riqueza e, consequentemente, ampliar seu poder e prestígio (REMOND, 1986).

As políticas dos déspotas variavam de acordo com as especificidades regionais, porém apesar das variações, tiveram alguns pontos que podem ser considerados comuns em todas as suas variantes. Um bom exemplo disto, no campo social foi a tentativa dos soberanos empreenderem uma política que buscava a diminuição da influência eclesiástica na sociedade. Esta medida reflete em grande parte a influência exercida pelos ideais iluministas nas maneiras de governar dos déspotas esclarecidos.

Os mais célebres monarcas, que governaram em sintonia com o ideal de governo do Despotismo Esclarecido, foram os soberanos Frederico II da Prússia, Catarina II da Rússia e José II da Áustria. Além destes, pode-se destacar também o Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I de Portugal e Aranda ministro de Carlos III da Espanha. Estes governantes promoveram reformas que ampliaram a educação, estimularam a economia, fortaleceram a igualdade civil, racionalizaram a administração pública e garantiram até liberdade de culto. Contudo, deve-se ressaltar que a maior parte deles acabou foi fortalecendo a autocracia o que vai levar ao acirramento das contradições político-sociais.

1.3.1 O Despotismo esclarecido de Frederico II na Prússia

Figura 11: Retrato de Frederico II da Prússia

Fonte: http://en.wikipedia.org/wiki/File:Frederick_II_of_Prussia_ Coloured_drawing.png Acesso em: 16 de maio de 2011

Na Prússia, Frederico II, governou o país entre 1740 e 1786, tendo sido influenciado pelas ideias de Voltaire o que o levaram a adotar medidas que permitiram a liberdade de culto, privilegiaram o ensino básico e a extinção da tortura aos criminosos. Também foi organizado um novo código legal que permitiu a liberdade de expressão no país. O desenvolvimento industrial também foi estimulado através de programas oficiais. Foram fundadas "(...) manufaturas estatais, fomentadas as atividades naval e mineira e desenvolvidas as indústrias têxteis" (ANDERSON, 2004, p. 267). Frederico procurou tentar atrair imigrantes europeus que possuíam algum tipo de habilidade relacionada com a produção artesanal e manufatureira. Até mesmo a agricultura recebeu incentivo com a organização de trabalhos de drenagem nos campos, apoio a colonização e de melhorias no sistema de transportes. Apesar de todas estas políticas consideradas progressistas, o monarca não alterou a estrutura social do país, pois a servidão permaneceu como o sustentáculo da economia agrária prussiana. A Prússia permanece um Estado feudal, com os servos sujeitos à classe dominante, formada pela aristocracia Junker.

1.3.2 O Despotismo esclarecido de Catarina II na Rússia

Já na Rússia sob Catarina II, que reinou entre 1759 e 1796, apesar da rainha ter cultivado um intenso contato com muitos filósofos franceses, as reformas foram mais acanhadas que na Prússia. Limitou-se a construção de escolas e hospitais, promovendo o aumento da influência estrangeira na Rússia, em especial a francesa. Submeteu a Igreja Ortodoxa ao Estado russo e autorizou a liberdade de culto. Neste país não somente a servidão permanece como a situação da população servil até piorou, pois os proprietários passaram a ter o direito de condená-los a morte. A carta da nobreza, promulgada em 1785, garantiu a aristocracia o controle jurídico absoluto sobre a força de trabalho. Além disso, a agricultura servil foi estendida até o território da Ucrânia. A industrialização recebeu importante apoio, pois a governante criou indústrias de armamentos e metalúrgicas nos Urais, aproveitando as abundantes jazidas de ferro e cobre existentes.

Figura 12: Retrato de Catarina II da Rússia

Fonte: http://atouchoflisbon.blogspot.com/2007_12_01_archive.html.Acesso em: 16 de maio de 2011

1.3.3 O Despotismo esclarecido de José II Áustria

Outro exemplo de déspota esclarecido foi José II da Áustria, que governou entre 1780 e 1790. Em seu governo a servidão foi legalmente abolida através de uma série de decretos. Conforme Anderson,

> (...) todos os súditos viram assegurado o direito de livre escolha em matéria de casamento, migração, trabalho, ocupação e propriedade. Nos locais onde esta não existia, foi assegurada aos camponeses a garantia da posse da terra e aos nobres proibiu-se a compra de parcelas (2004, p. 319).

Também foi implementada a igualdade de todos perante a lei. A administração do Estado foi uniformizada e organizada, o que melhorou o sistema de arrecadação de impostos. O soberano também promoveu uma política que garantiu uma razoável liberdade de culto, bem como incentivou a educação secular chegando a criar cursos para a formação de engenheiros e funcionários. O governo também introduziu um código penal, modernizou a justiça e aboliu a censura. Vocês, caros alunos, devem estar se perguntando por que a Áustria, no final do século XVIII, não conseguiu um lugar mais central na política europeia da época. O problema é que boa parte das reformas modernizadoras adotadas pelo rei José II foram neutralizadas por uma política de reação senhorial que se seguiu à morte do progressista soberano. O absolutismo "iluminista" de José II foi anulado por seu sucessor, Leopoldo II (ANDERSON, 2004, p. 320).

◄ Figura 13: Retrato de José II da Austria

Fonte: http://www.mundo-vestibular.com.br/articles/6144/1/Iluminismo/Paacutegina1.html Acesso em: 16 de maio de 2011

1.3.4 O Despotismo do Conde de Aranda na Espanha

A Espanha também conheceu o Despotismo Esclarecido. Carlos III da Dinastia Bourbon, que governou o país até 1788 e deu importante apoio ao seu ministro, o conde de Aranda (1718-1799) que promoveu algumas medidas reformistas. Podem-se destacar as políticas empreendidas no sentido de fortalecer o comércio e estimular as indústrias de luxo e de tecidos. A administração foi dinamizada com a criação dos intendentes, uma cópia do sistema análogo criado pelo absolutismo Bourbon, na França de Richelieu e Mazzarino, no século anterior. Esta medida terminou por fortalecer o poder do rei Carlos III. No Entanto, apesar das "Reformas Bourbônicas" que empreenderam um certo grau de racionalização do Estado espanhol, assim como melhoraram a administração colonial, tudo isto foi muito limitado, não conseguindo reverter o processo de derrocada do império sob os Bourbon.

◄ Figura 14: Retrato do Conde de Aranda

Fonte:http://faculty-staff.ou.edu/L/A-Robert.R.Lauer-1/BIBJovellanos. html. Acesso em: 16 de maio de 2011

1.3.5 O Despotismo esclarecido do Marquês de Pombal em Portugal

Em Portugal, o Marquês de Pombal, ministro do rei Dom José I, realizou importantes reformas, muitas delas se estendendo até as colônias. As reformas implementadas pelo Marquês abrangeram praticamente quase todos os setores da vida política, social e econômica da sociedade portuguesa, apoiando o comércio e a indústria, através da criação de Companhias que detinham o monopólio comercial nas colônias. Acrescenta-se a isso, o fato de ter expulsado os jesuítas do Brasil e de Portugal, fortalecendo a autoridade do poder real. Promoveu a reconstrução da capital, Lisboa, que havia sido destruída por um terremoto em 1755. Iniciou a modernização do ensino, criou bibliotecas e a imprensa régia.

Figura 15: Déspota esclarecido Marquês de Pombal

Fonte: http://cphistoria.blogspot.com/ Acesso em: 16 de maio de 2011

No âmbito econômico, as Companhias privilegiadas de comércio – além de uma Junta de comércio – criadas em 1755, eram compostas por representantes de grandes casas comerciais e tinham o objetivo de conceder empréstimos para o desenvolvimento de produtos manufaturados. As Companhias de Comércio criadas, na América portuguesa, compreendiam as Companhias do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1755, da pesca das baleias em 1756 e a de Pernambuco e Paraíba, no ano de 1759. Até mesmo na Ásia foi criada uma Companhia, em 1753. O reino também assistiu a criação de sua Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 1756.

Uma importante medida tomada por Pombal foi a supressão dos estigmas de sangue que repousavam sobre os chamados cristãos-novos. A origem desse estigma remonta ao ano de 1497, quando os descendentes de judeus portugueses, para não serem expulsos do reino, tiveram que se converter obrigatoriamente ao cristianismo, ficando conhecidos como "cristãos-novos". Isto os impedia de ocupar cargos e de terem acesso a certos benefícios. A medida adotada durante o consulado Pombalino, entretanto, não fora fortuita, mas visava atrair capitais de judeus dispostos a investirem nas Companhias de Comércio.

Também foram realizadas reformas no plano militar, no ano de 1763. Foi introduzido um modelo militar de inspiração prussiana, afastando assim as técnicas e estratégias dos exércitos da Áustria, Rússia e França, já então vistos como ultrapassados. No reino, as reformas foram levadas a cabo pelo Conde Schaumburg-Lippe Buckeburg e não estavam destituídas de influência da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) (WELHLING e WELHLING, 1999, p. 317)

Na América, as reformas militares ficaram a cargo do Tenente-General austríaco João Henrique Bohm. As reformas militares tinham também o objetivo de reforçar os domínios coloniais, diante do assédio das potências estrangeiras. Para essa tarefa em especial foi deslocado para o Brasil o sueco especialista em fortificações, Jacques Funck (BOSCHI, 2002, p. 90; MAXWELL, 1996). Um aspecto bastante acentuado do período pombalino, ou mesmo, das monarquias dos séculos XVII e XVIII na Europa, diz respeito à orientação da política econômica conhecida como "mercantilismo", que poderia ser ligeiramente definida como a intervenção do Estado na economia com vistas a assegurar "proteção, da moeda e dos estoques de metais preciosos, proteção da produção, encorajamento e favores" (DEYON, 1973, 30). A forte intervenção do Estado na economia visava garantir uma rigorosa política de monopólios e controle fiscal, seguida do princípio de que o acúmulo de metais preciosos constituía uma poderosa fonte de enriquecimento e ainda acompanhada da busca desmesurada pela balança comercial positiva, ou seja, exportar mais do que importar (VAINFAS, 2000, p. 392).

Dessas orientações, sobrelevava-se o princípio da balança comercial favorável que "ditava os outros aspectos da política mercantilista" (DEYON, 1973, p. 30).

Em outras palavras, o Estado deveria conduzir a economia de modo a favorecer as exportações, controlar ou proibir a importação de produtos manufaturados a fim de obter um saldo positivo na balança comercial, porém deveria haver o incentivo a importação de matérias primas (FALCON, 1982, p. 89).

O mercantilismo constituiu, desse modo, um instrumento de geração de riquezas, e nesse ínterim o fiscalismo "opera na realidade como um mecanismo de transferência de rendas dos setores mais produtivos e dinâmico da sociedade para aqueles setores mais retardatários ou estagnados." (FALCON, 1982).

Apesar do fisco se apresentar quase sempre com a sua face mais perversa de extrator de rendas por meio da tributação, importante salientar também outro aspecto que decerto pouca oposição despertou que é o incentivo ao desenvolvimento industrial.

Em relação ao princípio da balança comercial favorável, um dos aspectos mais centrais do mercantilismo, não deve ser, entretanto, sobrevalorizado, pois, quando se trata da importação de matérias primas, deve haver o incentivo por parte do Estado. O princípio puro e simples, por vezes obstinado, da balança comercial favorável a todo custo, deu origem a um certo "mito", conforme assinalou Francisco Falcon, não sendo bem entendido por alguns estudiosos (FALCON, 1982).

1.3.6 O Despotismo esclarecido: limites e alcances

Como podemos perceber através, destes exemplos, caros acadêmicos, o Despotismo Esclarecido foi mesmo uma tentativa de alguns monarcas empreenderem determinadas reformas que conduzissem seus reinos e impérios a modernidade, sem, contudo, perderem seu poder. Muito pelo contrário, apesar de influenciados por certos ideais iluministas, conseguiram fortalecer a monarquia e até mesmo seu poder pessoal.

Não se pode negar que muitas das reformas implementadas pelos déspotas esclarecidos não tenham levado a progressos, principalmente, no que diz respeito à modernização e a secularização das sociedades em questão. Muitos obstáculos relacionados à estrutura arcaica do antigo regime funcionaram como atenuantes das reformas. No campo agrícola, por exemplo, as mudanças foram muito limitadas, pois os soberanos tiveram que conciliar suas políticas com os interesses aristocráticos vigentes. Até mesmo as mudanças na esfera jurídica, tiveram um tímido efeito, pois os reis tinham que levar em consideração, na elaboração dos códigos de leis, as ameaças advindas de o seu próprio poder, decorrentes da adoção de uma legislação moderna. Como Decuzzi concluiu, na verdade, o Despotismo Esclarecido foi apenas uma tentativa, porém de sucesso duvidoso de se restaurar o poder e o prestígio da instituição monárquica, já então em um processo de decadência (DECUZZI, 2009, p. 20-31).

1.4 Referências

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado Absolutista**. 2 ed. Tradução de Beatriz Sideau. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**: Introdução à Filosofia. 2ª edição, Editora Moderna, São Paulo 1995.

BOSCHI, Caio César. **Administração e administradores no Brasil pombalino:** os governadores da Capitania de Minas Gerais. In: Tempo. Dossiê: Política e Administração no Mundo Luso Brasileiro. *Tempo*, Universidade Federal Fluminense, Departamento de Historia da UFF. Vol. 7, nº 13, Jul. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2002.

BURKE, Peter. **Uma História Social do Conhecimento:** de Gutemberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DECUZZI, Caio Rabello. **A luz dos ideais:** O Despotismo Esclarecido como plano político. Revista de Intenção e Debate Acadêmico. Ano 1, nº 1, p. 20-31, julho de 2009.

DEYON, Pierre. **O Mercantilismo**. São Paulo: Perspectiva: 1973.

FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina.** (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. **O Iluminismo e os Reis Filósofos.** 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal:** paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

PEREIRA, Miguel Baptista. Iluminismo e secularização. **Revista de História das Idéias**. O marquês de Pombal e o seu tempo. Universidade de Coimbra 4 (2): 439-500, 1982/1983. Coordenado por Luis Reis Torgal e Isabel Vargues.

REMOND, René. **Introdução à História de Nosso Tempo.** São Paulo: Cultrix, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Mercantilismo.** In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808). Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VENTURI, Franco. **Utopia e reforma no iluminismo.** Tradução de Modesto Florenzano. São Paulo: Edusc, 2003.

WELHLING, Arno e WELHLING, Maria José. **Formação do Brasil Colonial.** 3 ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.